



TRINDADE-PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE - PERNAMBUCO

ORIENTADOR EDUCACIONAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Profissionais
- ▶ Fundamentos da Educação e Práticas Socioeducativas

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 001/2026 DO CONCURSO PÚBLICO
DO MUNICÍPIO DE TRINDADE (PE)



BÔNUS

ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



TRINDADE - PE

▼

Orientador Educacional



SL-050ST-26
7901183008421

Língua Portuguesa

1. Interpretação e Análise Textual (compreensão global, ideias principais e secundárias, inferências, coesão, coerência, gêneros textuais e variedades linguísticas).....	7
2. Redação Oficial (elaboração de correspondências, ofícios, circulares e protocolos).....	17
3. Sintaxe.....	29
4. Concordância verbal e nominal	33
5. Regência.....	37
6. Crase	41
7. Pontuação	43

Legislação Educacional

1. Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010): igualdade e combate à discriminação.....	53
2. Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei Federal nº 13.146/2015): inclusão e acessibilidade no ambiente escolar	60
3. Lei Federal nº 13.185/2015: prevenção e combate ao bullying.....	78
4. Lei Federal nº 13.431/2017 e Lei Federal nº 14.811/2024: proteção de crianças e adolescentes contra violência no ambiente escolar	79
5. Lei Federal nº 10.639/2003 e Lei Federal nº 11.645/2008: ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	85
6. Lei Federal nº 14.254/2021: acompanhamento de educandos com dislexia, TDAH e transtornos de aprendizagem	85

Conhecimentos Profissionais

1. Planejamento e organização das atividades de orientação educacional	109
2. Atendimento e orientação aos alunos no ambiente escolar	113
3. Acompanhamento do desenvolvimento escolar, social e comportamental dos alunos	116
4. Identificação de dificuldades de aprendizagem e encaminhamento das demandas.....	120
5. Atendimento individual e coletivo aos alunos.	124
6. Orientação aos alunos sobre hábitos de estudo e organização da rotina escolar	128
7. Acompanhamento da frequência, participação e rendimento escolar dos alunos	131
8. Identificação e acompanhamento de situações de indisciplina e conflitos escolares.	135
9. Mediação de conflitos entre alunos e demais integrantes da comunidade escolar	139
10. Orientação aos alunos sobre convivência, respeito e relacionamento interpessoal	143
11. Atendimento e orientação às famílias sobre o desenvolvimento e a vida escolar dos alunos	146
12. Encaminhamento de alunos para serviços especializados quando necessário	150
13. Acompanhamento de alunos em situação de vulnerabilidade ou com necessidades específicas	154
14. Registro de atendimentos, orientações, encaminhamentos e acompanhamentos realizados.....	158
15. Elaboração de relatórios e documentos relacionados às atividades de orientação educacional	162
16. Participação em reuniões com professores, gestores, famílias e demais profissionais da escola	165
17. Apoio aos professores na identificação de dificuldades e necessidades dos alunos	169
18. Desenvolvimento de ações educativas voltadas à prevenção de conflitos, violência e abandono escolar	173
19. Acompanhamento e apoio aos processos de inclusão e participação dos alunos nas atividades escolares	177

20. Trabalho integrado com a equipe pedagógica para melhoria do processo de ensino e aprendizagem	181
---	-----

Fundamentos da Educação e Práticas Socioeducativas

1. Fundamentos do processo educativo e sua relação com o desenvolvimento humano.....	189
2. Desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças, adolescentes e jovens	193
3. Educação como instrumento de participação e transformação social.....	194
4. Relação entre educação, família, comunidade e território	195
5. Educação inclusiva e respeito às diferenças individuais e sociais	199
6. Diversidade cultural e convivência em diferentes espaços educativos.....	206
7. Educação em direitos humanos e formação para a cidadania.....	209
8. Práticas educativas voltadas à autonomia e ao protagonismo dos usuários	212
9. Comunicação e relacionamento interpessoal em atividades educativas.....	216
10. Estratégias de aprendizagem por meio de atividades lúdicas e participativas	220
11. Educação socioemocional e desenvolvimento de habilidades sociais	225
12. Tecnologias digitais como recursos para atividades educativas e sociais	229
13. Prevenção de preconceito, discriminação, violência e outras formas de violação de direitos	233
14. Ética e postura profissional no desenvolvimento de ações educativas e sociais	237
15. Trabalho coletivo e participação comunitária em ações educativas.....	241
16. Fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais.....	246
17. Estratégias educativas para promoção da convivência e da participação social.....	249
18. Educação e proteção integral de crianças e adolescentes	253
19. Articulação entre educação, cultura, esporte e lazer em ações socioeducativas	258
20. Papel das ações educativas na promoção da autonomia, cidadania e inclusão social	262

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE TEXTUAL (COMPREENSÃO GLOBAL, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS, INFÊRENCIAS, COESÃO, COERÊNCIA, GÊNEROS TEXTUAIS E VARIEDADES LINGUÍSTICAS)

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

► Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

► Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

► Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

CONCEITO DE IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS

A distinção entre ideias principais e secundárias é essencial para a compreensão textual, pois permite ao leitor ou redator identificar o foco central de um texto e as informações que o sustentam.

► Ideias Principais

As ideias principais são o cerne do texto, expressando o objetivo central ou a mensagem mais relevante que o autor deseja transmitir. Em um parágrafo, por exemplo, a ideia principal é aquela que sintetiza o ponto principal de forma clara e objetiva. Ela é indispensável para o entendimento do texto, sendo muitas vezes apresentada no início ou no final do parágrafo.

► Ideias Secundárias

Por outro lado, as ideias secundárias são as informações complementares, que têm a função de detalhar, explicar ou exemplificar a ideia principal. Elas fornecem dados adicionais que ajudam a fortalecer ou contextualizar o tema central, mas não têm autonomia sem a ideia principal.

► Relação entre Ideias Principais e Secundárias

Esses dois elementos formam uma relação de interdependência, em que as ideias secundárias ampliam o significado da ideia principal, criando uma cadeia lógica e coesa. Quando bem

organizadas, essas ideias contribuem para uma leitura fluida e eficiente, facilitando a comunicação e o entendimento do conteúdo. Por exemplo:

- **Ideia Principal:** “A prática regular de exercícios físicos é essencial para a saúde.”
- **Ideias Secundárias:** “Ela ajuda a prevenir doenças cardiovasculares, melhora a qualidade do sono e aumenta a disposição no dia a dia.”

EXEMPLOS PRÁTICOS DE IDENTIFICAÇÃO

Para compreender melhor a relação entre ideias principais e secundárias, apresentamos alguns exemplos práticos. Esses exemplos ajudam a visualizar como essas ideias se conectam para formar um texto claro e coeso.

Ex.: Uma Situação de Risco

Trecho:

“Meu primo já havia chegado à metade da perigosa ponte de ferro quando, de repente, um trem saiu do trilho, a cem metros da ponte. Com isso, ele não teve tempo de correr para a frente ou para trás, mas, demonstrando grande presença de espírito, agachou-se, segurou com as mãos um dos dormentes e deixou o corpo pendurado.”

- **Ideia Principal:** O primo enfrentou uma situação perigosa ao atravessar a ponte de ferro.
- **Ideias Secundárias:** A chegada inesperada do trem, sua reação ao perigo e a maneira como se salvou.

Ex.: Um Passeio na Fazenda

Trecho:

“O dia amanheceu lindo na Fazenda Santo Inácio. Os dois filhos do Sr. Soares, administrador da fazenda, resolveram aproveitar o bom tempo. Pegaram um animal, montaram e seguiram contentes pelos campos, levando um farto lanche, preparado pela mãe.”

Primeiro Parágrafo:

- **Ideia Principal:** O dia amanheceu lindo na Fazenda Santo Inácio.
- **Ideias Secundárias:** Não há, já que o parágrafo foca apenas na descrição do clima.

Segundo Parágrafo:

- **Ideia Principal:** Os filhos do Sr. Soares decidiram aproveitar o bom tempo.
- **Ideias Secundárias:** Pegaram um animal, montaram e seguiram pelos campos com um lanche preparado pela mãe.

Ex.: Evento Natural

Trecho:

“As estacas da cabana tremiam fortemente, e duas ou três vezes, o solo estremeceu violentamente sob meus pés. Logo percebi que se tratava de um terremoto.”

▪ **Ideia Principal:** Era um terremoto.

▪ **Ideias Secundárias:** As estacas da cabana tremiam, e o solo estremeceu sob os pés do narrador.

► Dica para Identificação

Ao analisar um parágrafo:

- Identifique a frase que resume o ponto central (ideia principal).
- Localize as informações que detalham, exemplificam ou sustentam essa ideia (ideias secundárias).

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DE PARÁGRAFOS

A organização de ideias em um parágrafo é essencial para a clareza e coesão de qualquer texto. A estrutura ideal combina uma ideia principal com ideias secundárias que a complementam, formando um conjunto lógico e bem articulado.

► Padrões Comuns na Estrutura de Parágrafos

Ideia Principal + Ideias Secundárias

Neste padrão, a ideia principal é apresentada no início do parágrafo, seguida pelas ideias secundárias, que ampliam, explicam ou exemplificam o tema central.

Ex.: “A prática da leitura é fundamental para o desenvolvimento intelectual. Ela amplia o vocabulário, melhora a capacidade de argumentação e aumenta a compreensão de diferentes perspectivas.”

Ideias Secundárias + Ideia Principal:

Nesse formato, o parágrafo inicia com detalhes ou exemplos (ideias secundárias), culminando com a apresentação da ideia principal no final.

Ex.: “As palavras cruzadas ajudam a exercitar o cérebro, os jogos de tabuleiro estimulam o raciocínio lógico, e os livros de mistério desafiam a imaginação. Por isso, atividades que combinam lazer e aprendizado são ótimas para a mente.”

Dicas para Organização dos Parágrafos:

- **Clareza na Identificação da Ideia Principal:** mantenha a ideia principal em uma frase clara e objetiva, destacando o ponto central do parágrafo.
- **Conexão entre Ideias:** use palavras de transição, como além disso, portanto, por exemplo e consequentemente, para conectar ideias principais e secundárias.
- **Evitar Redundâncias:** evite repetir informações já apresentadas no mesmo parágrafo, o que pode tornar o texto confuso e prolixo.
- **Tamanho Adequado:** prefira parágrafos de tamanho moderado, com informações suficientes para desenvolver a ideia principal sem torná-lo muito longo ou difícil de seguir.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL (LEI FEDERAL Nº 12.288/2010): IGUALDADE E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;

V - políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Art. 3º Além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira.

Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;

II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

III - modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica;

IV - promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais;

V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;

VI - estímulo, apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnicas, inclusive mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos públicos;

VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros.

Parágrafo único. Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.

Art. 5º Para a consecução dos objetivos desta Lei, é instituído o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), conforme estabelecido no Título III.

TÍTULO II DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DO DIREITO À SAÚDE

Art. 6º O direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos.

§ 1º O acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde da população negra será de responsabilidade dos órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, da administração direta e indireta.

§ 2º O poder público garantirá que o segmento da população negra vinculado aos seguros privados de saúde seja tratado sem discriminação.

Art. 7º O conjunto de ações de saúde voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, organizada de acordo com as diretrizes abaixo especificadas:

I - ampliação e fortalecimento da participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas instâncias de participação e controle social do SUS;

II - produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra;

III - desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação para contribuir com a redução das vulnerabilidades da população negra.

Art. 8º Constituem objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra:

I - a promoção da saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnicas e o combate à discriminação nas instituições e serviços do SUS;

II - a melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero;

III - o fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra;

IV - a inclusão do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde;

V - a inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS.

Parágrafo único. Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.

CAPÍTULO II DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.

Art. 10. Para o cumprimento do disposto no art. 9º, os governos federal, estaduais, distrital e municipais adotarão as seguintes providências:

I - promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer;

II - apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra;

III - desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade;

IV - implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.

SEÇÃO II DA EDUCAÇÃO

Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

§ 3º Nas datas comemorativas de caráter cívico, os órgãos responsáveis pela educação incentivarão a participação de intelectuais e representantes do movimento negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração.

Art. 12. Os órgãos federais, distritais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra.

Art. 13. O Poder Executivo federal, por meio dos órgãos competentes, incentivará as instituições de ensino superior públicas e privadas, sem prejuízo da legislação em vigor, a:

I - resguardar os princípios da ética em pesquisa e apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação que desenvolvam temáticas de interesse da população negra;

II - incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira;

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

LEITURA INSTITUCIONAL E DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES

Ao tratar de leitura institucional e definição de prioridades, o núcleo do trabalho está em reconhecer que planejar a orientação educacional exige transformar sinais dispersos da rotina em prioridades justificadas, considerando necessidades dos estudantes, condições de trabalho da escola e objetivos pedagógicos. Como referência concreta, considere-se o seguinte quadro: a combinação de atrasos, conflitos no recreio e dificuldade de integração dos recém-chegados. A leitura do caso precisa esclarecer a necessidade e organizar a resposta, mantendo o trabalho de priorização institucional ligado aos efeitos percebidos pelo estudante. Por isso, planejamento não se confunde com preenchimento de agenda; nesse campo, confundir essas dimensões costuma produzir medidas pouco ajustadas à necessidade real. Ao mesmo tempo, a análise no trabalho de priorização institucional precisa admitir revisão: informações novas podem mudar prioridades, apoios ou formas de comunicação sem romper a continuidade. Na prática, o objetivo do trabalho de priorização institucional é chegar a uma decisão compreensível para os envolvidos, com efeitos que possam ser reconhecidos por mudanças concretas relacionadas aos objetivos do trabalho de priorização institucional.

A definição de prioridades também precisa considerar de onde vêm as informações usadas no diagnóstico institucional. Ocorrências registradas, observações da equipe, manifestações dos estudantes, contatos com famílias e dados de frequência podem mostrar aspectos diferentes da mesma rotina. Nenhuma dessas fontes deve funcionar isoladamente como critério absoluto. Um aumento de atrasos, por exemplo, pode exigir leitura de horários, transporte, organização da entrada e experiências específicas de determinados grupos. Ao combinar fontes, a orientação identifica convergências e lacunas, evita transformar impressão pontual em prioridade institucional e consegue justificar por que determinadas ações entram primeiro no plano de trabalho.

► Mapeamento das demandas presentes

O trabalho com mapeamento das demandas presentes pede que a situação seja convertida em perguntas verificáveis. No aprofundamento do trabalho de priorização institucional, interessa localizar quais dados realmente alteram a compreensão do caso. Por isso, diferenças entre horários, atividades ou formas de apoio só ganham valor quando ajudam a explicar a

demanda observada no trabalho de priorização institucional. No trabalho de priorização institucional, descrever significa registrar circunstâncias e efeitos sem transformar um episódio localizado em característica fixa do estudante.

Fontes de informação para o diagnóstico

No aprofundamento desse aspecto, a informação reunida no trabalho de priorização institucional precisa poder ser retomada no acompanhamento. No trabalho de priorização institucional, frequência, intensidade, duração e circunstâncias entram no registro apenas quando ajudam a explicar o padrão observado. Em fontes de informação para o diagnóstico, o relato do estudante informa como ele vive a situação, enquanto observações escolares e familiares ajudam a localizar em quais contextos a situação se intensifica ou diminui. Revisar o ponto de partida exige confrontar observações feitas em momentos diferentes; no trabalho de priorização institucional, contrastes temporais revelam elementos que a primeira leitura não captou.

► Critérios para hierarquizar necessidades

Depois de compreender a demanda, o trabalho de priorização institucional passa a definir o que será feito, por quem e com qual finalidade. No trabalho de priorização institucional, uma medida adequada precisa indicar qual mudança se espera observar, quais pessoas participam e que informação é realmente necessária. Por isso, a intensidade da resposta deve acompanhar a intensidade da necessidade percebida nesse aspecto do trabalho de priorização institucional; algumas situações admitem intervenção interna, enquanto outras exigem articulação ampliada. As medidas escolhidas nessa etapa do trabalho de priorização institucional devem permanecer dentro das responsabilidades escolares e favorecer a participação do estudante no contexto acompanhado pelo trabalho de priorização institucional.

Urgência, recorrência e alcance coletivo

O trabalho com urgência, recorrência e alcance coletivo só se completa quando existe retorno capaz de esclarecer critérios para hierarquizar necessidades. Os indicadores escolhidos precisam guardar relação direta com leitura institucional e definição de prioridades, podendo envolver participação, segurança, realização de tarefas, presença ou qualidade dos vínculos conforme o caso. Considere-se o quadro: a combinação de atrasos, conflitos no recreio e dificuldade de integração dos recém-chegados. Melhora parcial, persistência da barreira ou surgimento de nova necessidade levam a decisões diferentes e precisam ser lidos dentro do percurso de critérios para hierarquizar necessidades.

PLANO DE TRABALHO, CALENDÁRIO E DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES

Ao tratar de plano de trabalho, calendário e distribuição de ações, o núcleo do trabalho está em reconhecer que um plano de trabalho precisa vincular objetivos a ações observáveis, responsáveis, prazos e formas de acompanhamento, sem converter o planejamento em agenda rígida incapaz de responder a situações emergentes. Como referência concreta, considere-se o seguinte quadro: a reserva de horários semanais para atendimentos, reuniões pedagógicas e ações preventivas. A leitura do caso precisa esclarecer a necessidade e organizar a resposta, mantendo o trabalho de priorização institucional ligado aos efeitos percebidos pelo estudante. Por isso, planejamento não se confunde com preenchimento de agenda; nesse campo, confundir essas dimensões costuma produzir medidas pouco ajustadas à necessidade real. Ao mesmo tempo, a análise no trabalho de priorização institucional precisa admitir revisão: informações novas podem mudar prioridades, apoios ou formas de comunicação sem romper a continuidade. Na prática, o objetivo do trabalho de priorização institucional é chegar a uma decisão compreensível para os envolvidos, com efeitos que possam ser reconhecidos por mudanças concretas relacionadas aos objetivos do trabalho de priorização institucional.

► Objetivos operacionais e frentes de atuação

Ao trabalhar com objetivos operacionais e frentes de atuação, a primeira tarefa consiste em separar ocorrência, contexto e interpretação. O profissional compara situações diretamente relacionadas a objetivos operacionais e frentes de atuação, escuta os envolvidos e verifica o que muda quando o contexto também muda. Ao mesmo tempo, informações sem relação com resultados esperados e responsáveis devem permanecer fora do centro da decisão. Selecionar informações pertinentes a resultados esperados e responsáveis melhora a comunicação sobre objetivos operacionais e frentes de atuação, porque cada profissional recebe apenas o que precisa para cumprir sua função.

Resultados esperados e responsáveis

A atenção a resultados esperados e responsáveis torna-se especialmente relevante quando plano de trabalho, calendário e distribuição de ações recebe interpretações diferentes. Professores, familiares e estudantes podem perceber partes distintas de objetivos operacionais e frentes de atuação, e nenhuma fonte isolada precisa ser tratada como explicação total. O quadro concreto pode ser expresso assim: a reserva de horários semanais para atendimentos, reuniões pedagógicas e ações preventivas. A orientação utiliza apenas o que for necessário para compreender objetivos operacionais e frentes de atuação e mantém clara a diferença entre fato observado, relato recebido e interpretação profissional.

► Organização temporal das atividades

Em organização temporal das atividades, a qualidade da resposta depende da relação entre necessidade e medida adotada. O foco em rotinas fixas e demandas contingentes permite escolher providências proporcionais e definir condições para revê-las dentro de plano de trabalho, calendário e distribuição de ações. Em organização temporal das atividades, medidas de natureza diferente só devem ser combinadas quando cada uma responde a uma necessidade identificada em plano de trabalho, calendário e distribuição de ações; escolher o formato sem esse vínculo enfraquece a intervenção. O plano fica mais consistente quando também explicita como a equipe reconhecerá mudança relevante em rotinas fixas e demandas contingentes.

Rotinas fixas e demandas contingentes

No plano operacional, a atenção a rotinas fixas e demandas contingentes precisa deixar marcas verificáveis no cotidiano acompanhado no trabalho de priorização institucional. No retorno de rotinas fixas e demandas contingentes, a equipe observa sinais de melhora, persistência ou efeito adverso diretamente relacionados a organização temporal das atividades, incluindo afastamento ou retaliação quando forem pertinentes. O caso pode ser pensado assim: a reserva de horários semanais para atendimentos, reuniões pedagógicas e ações preventivas. Verificar rotinas fixas e demandas contingentes significa analisar se as condições de participação e aprendizagem realmente mudaram; quando isso não ocorre, a equipe revê a resposta em vez de repetir a mesma medida.

Para transformar plano de trabalho, calendário e distribuição de ações em critérios operacionais, a comparação abaixo organiza aspectos que exigem decisões diferentes conforme a situação.

Critério de priorização	Pergunta orientadora	Uso no planejamento
Urgência educativa	Há risco imediato ou prejuízo importante à permanência e à convivência?	Define resposta inicial e responsáveis próximos
Recorrência	O fato é isolado ou se repete em diferentes momentos?	Indica necessidade de acompanhamento continuado
Alcance	A demanda envolve um estudante, um grupo ou a escola?	Ajuda a escolher ação individual, coletiva ou institucional
Possibilidade de prevenção	Há fatores que podem ser trabalhados antes de nova ocorrência?	Favorece ações antecipatórias e educativas

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS

FUNDAMENTOS DO PROCESSO EDUCATIVO E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO

EDUCAÇÃO COMO PROCESSO SOCIAL, INTENCIONAL E FORMATIVO

► Aprendizagem nas relações sociais

A educação ocorre sempre em relação com outras pessoas, com práticas culturais e com modos historicamente construídos de compreender o mundo. Aprender não significa apenas receber informações: envolve atribuir sentido ao que se vive, reorganizar conhecimentos anteriores, experimentar formas de agir e reconhecer expectativas compartilhadas. Desde a infância, a pessoa aprende modos de comunicação, regras de convivência, maneiras de cuidar de si e do outro, formas de usar objetos, valores e referências culturais. Parte dessas aprendizagens acontece espontaneamente na vida cotidiana; outra parte decorre de ações planejadas, com objetivos definidos e acompanhamento.

Esse caráter relacional explica por que o processo educativo não pode ser reduzido ao espaço escolar. Família, grupos de convivência, serviços públicos, organizações comunitárias, atividades culturais, práticas esportivas e experiências de trabalho também produzem aprendizagens. A diferença está no grau de intencionalidade, de organização e de explicitação dos objetivos. Uma criança pode aprender a esperar sua vez numa brincadeira familiar, por exemplo, enquanto uma oficina de leitura pode planejar deliberadamente situações em que os participantes negociem turnos de fala e interpretem narrativas em conjunto.

Socialização, cultura e produção de sentidos

Socialização é o processo pelo qual a pessoa entra em contato com normas, linguagens, costumes e expectativas presentes nos grupos dos quais participa. Isso não ocorre de maneira mecânica. Cada sujeito interpreta as experiências a partir de sua trajetória, de seus vínculos e das condições concretas de vida. Por esse motivo, duas pessoas expostas à mesma atividade podem construir compreensões diferentes. A ação educativa qualificada reconhece essa diversidade de sentidos e cria oportunidades para que as diferenças apareçam sem serem tratadas automaticamente como erro ou desinteresse.

A cultura participa diretamente desse processo porque oferece símbolos, narrativas, modos de expressão e referências para interpretar situações. O educador trabalha com repertórios que já existem e, ao mesmo tempo, amplia possibilidades de contato com outros conhecimentos. Isso exige cuidado para não desvalorizar práticas familiares ou comunitárias, nem transformar um repertório específico em padrão único. A educação ganha força quando estabelece relações entre a experiência conhecida e novos conceitos, linguagens e formas de participação.

Experiências formais, não formais e informais

É útil distinguir três contextos de educação sem tratá-los como compartimentos rígidos. A educação formal se organiza em instituições reconhecidas, com percursos estruturados, objetivos curriculares e formas definidas de acompanhamento. A educação não formal ocorre em ações planejadas fora dessa organização escolar típica, como oficinas, projetos culturais, atividades socioeducativas e ações comunitárias. A educação informal resulta das interações cotidianas, sem planejamento pedagógico explícito, como conversas familiares, convivência entre gerações e participação em grupos sociais.

A tabela compara esses contextos por critérios que ajudam a compreender suas diferenças sem estabelecer hierarquia entre eles.

Contexto educativo	Intencionalidade	Organização	Agentes frequentes	Exemplo
Formal	Explícita e institucional	Percurso estruturado	Profissionais da educação e instituição	Atividade curricular em escola
Não formal	Explícita e planejada	Flexível, vinculada a projetos ou serviços	Educadores, agentes culturais e equipes sociais	Oficina em centro comunitário
Informal	Não necessariamente explícita	Surge no cotidiano	Familiares, pares e redes de convivência	Aprender regras durante uma brincadeira

A distinção mostra que a aprendizagem pode surgir em ambientes muito diferentes, mas a presença de intenção educativa modifica a responsabilidade de quem organiza a experiência. Quanto mais planejada a ação, maior a necessidade de definir objetivos coerentes, selecionar recursos adequados, observar participação e ajustar intervenções.

► **Intencionalidade e organização da ação educativa**

A intencionalidade transforma uma atividade comum em ação educativa planejada quando existe uma finalidade formativa clara. Isso não significa controlar cada resposta possível. Significa saber por que determinada experiência foi proposta, quais capacidades se pretende mobilizar e que condições precisam estar disponíveis para que as pessoas participem. Objetivo, conteúdo, método, tempo, espaço e acompanhamento precisam manter coerência entre si.

Objetivos, conteúdos, métodos e acompanhamento

Um objetivo educativo bem formulado descreve uma mudança possível de compreensão, participação ou ação. O conteúdo corresponde aos conhecimentos, procedimentos, valores ou modos de relação mobilizados. O método organiza como os participantes entrarão em contato com esse conteúdo. O acompanhamento observa processos: perguntas feitas, formas de cooperação, dificuldades recorrentes, iniciativa e capacidade de aplicar o aprendido em situações diferentes. Quando esses elementos se articulam, a atividade deixa de ser apenas ocupação do tempo.

Papel ativo de quem aprende

A pessoa aprende de modo mais consistente quando pode perguntar, testar, comparar, produzir, explicar e tomar decisões compatíveis com sua etapa de desenvolvimento e com o contexto. O educador cria condições e oferece apoios, mas não substitui a atividade intelectual, emocional ou prática do participante. O sujeito que aprende não é recipiente de conteúdos; é alguém que interpreta, seleciona, confronta experiências e constrói respostas. Essa participação ativa conecta educação e desenvolvimento humano porque amplia repertórios para agir em contextos novos.

DESENVOLVIMENTO HUMANO EM MÚLTIPLAS DIMENSÕES

► **Mudanças cognitivas, afetivas e sociais**

Desenvolvimento humano refere-se às transformações que ocorrem ao longo da vida nas formas de pensar, sentir, comunicar-se, relacionar-se, movimentar-se e participar de diferentes contextos. Essas mudanças resultam de uma combinação dinâmica entre condições biológicas, experiências, relações sociais, oportunidades culturais e características do ambiente. Não há uma linha única e idêntica para todas as pessoas. Ritmos e trajetórias variam, embora existam necessidades amplas de cuidado, vínculo, participação e acesso a experiências significativas.

Teorias do desenvolvimento ajudam a compreender aspectos desse processo. Jean Piaget destacou a atividade do sujeito na construção do conhecimento e a reorganização progressiva de formas de pensar. Lev Vygotsky enfatizou o papel das relações

sociais, da linguagem e da mediação cultural na aprendizagem e no desenvolvimento. Essas contribuições não precisam ser tratadas como explicações totais e incompatíveis; elas iluminam dimensões diferentes de um fenômeno complexo.

Construção de conhecimentos e linguagem

A dimensão cognitiva envolve atenção, memória funcional, percepção, formação de conceitos, resolução de problemas, planejamento e uso da linguagem para organizar o pensamento. Em uma atividade educativa, esses processos aparecem quando alguém compara objetos, antecipa consequências, explica um raciocínio, cria categorias ou modifica uma hipótese depois de observar um resultado. A linguagem, por sua vez, não serve apenas para transmitir uma resposta pronta. Ela permite nomear experiências, formular perguntas, narrar acontecimentos e negociar significados com outras pessoas.

Uma horta educativa evidencia essa articulação. Medir o crescimento de plantas mobiliza observação e comparação; registrar mudanças exige linguagem e organização temporal; decidir quando regar cria relação entre hipótese e consequência. O desenvolvimento cognitivo não está separado da situação concreta: ele se fortalece quando a pessoa participa de problemas compreensíveis e pode revisar suas interpretações.

Emoções, vínculos e identidade

A dimensão afetiva envolve reconhecimento e expressão de emoções, construção de vínculos, segurança para explorar o ambiente e formação de uma imagem de si. Emoções influenciam atenção, persistência e relação com desafios. Um ambiente que humilha o erro pode reduzir a iniciativa; um ambiente que acolhe tentativas e oferece orientação favorece participação mais segura. O vínculo educativo não elimina frustrações, mas cria condições para que elas sejam enfrentadas sem desqualificação da pessoa.

A identidade também se desenvolve nas relações. A forma como alguém é reconhecido pelos outros pode ampliar ou limitar sua percepção de possibilidades. Por isso, práticas educativas devem evitar rótulos fixos como “incapaz”, “difícil” ou “sem interesse”. Comportamentos precisam ser descritos no contexto em que ocorrem, permitindo compreender necessidades, condições e alternativas.

► **Corpo, ação e participação no desenvolvimento**

O desenvolvimento motor não é apenas aquisição de movimentos isolados. Envolve coordenação, equilíbrio, orientação espacial, manipulação de objetos, percepção corporal e capacidade de ajustar ações às demandas do ambiente. Em crianças, esses elementos aparecem intensamente nas brincadeiras e explorações. Em adolescentes, adultos e pessoas idosas, continuam relevantes em tarefas de autonomia, expressão corporal, esporte, trabalho e lazer.

Motricidade e exploração do ambiente

Mover-se permite conhecer propriedades do espaço e dos objetos. Alcançar, empilhar, recortar, percorrer um trajeto ou acompanhar um ritmo combina percepção, decisão e ação. Restrições motoras ou barreiras arquitetônicas não devem ser



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!